

De Olho no Mundo *com Brasil*

O Brasil deve refletir na necessidade de acelerar a internacionalização da sua economia para não correr o risco de ficar mais para trás na disputa comercial travada entre os gigantes econômicos do Primeiro Mundo e as nações do Sudeste Asiático, de grande presença exportadora, como a Coreia do Sul, Taiwan, Tailândia e Cingapura.

A criação do mercado comum entre os Estados Unidos, o Canadá e o México (Nafta) pode ser altamente prejudicial às aspirações brasileiras de atrair investimentos estrangeiros para modernizar a sua economia, em especial o parque industrial, que acumulou grande defasagem tecnológica devido às reservas de mercado e ao excesso de protecionismo, que só começaram a ser removidos com a posse do governo Collor.

Além de grandes progressos na batalha pela estabilização, o México já reduziu as restrições à movimentação de capitais e de mercadorias estrangeiras no país. As alíquotas de importações e a tributação sobre a remessa de lucros estão bem abaixo da média brasileira.

Somando essas vantagens ao atrativo maior da vizinhança com os EUA, centenas de multinacionais (americanas ou não) estão-se instalando no México para transformar o país na base de produção para o novo mercado comum de 370 milhões de consumidores, aproveitando a mão-de-obra e outros custos mais baratos oferecidos pelo México.

O Nafta é uma espécie de contraponto ao projeto da Europa Unida de 1º de janeiro de 1993, que também beneficia um mercado de 350 milhões de consumidores com isenções tributárias entre os 12 países membros. Além da preferência pela produção dos parceiros, todos de-

vem se defender taxando produtos manufaturados de outras origens.

Antes desses novos mercados entrarem em vigor, já se observa forte aumento do protecionismo em relação às nações em desenvolvimento que ameaçam com suas exportações a produção do Primeiro Mundo. Este é o caso, por exemplo, da produção brasileira de aço, taxada nos EUA, na Europa e por Taiwan. Esse é o grande dilema da economia brasileira.

Para competir em igualdade na produção de manufaturados e recuperar a sua posição no cenário mundial, o Brasil precisa modernizar seu parque industrial, para produzir bens bons e baratos. Isso exige um volume de capitais que o país não tem. Para conseguir tecnologias modernas, é preciso oferecer atrativos a eventuais parceiros em investimentos de risco ou no comércio. Proteger novamente a indústria nacional com o guarda-chuva do protecionismo equivaleria à decretação do seu estado pré-falimentar. Para sobreviver a médio e longo prazos, a indústria precisa da abertura, mas o processo pode asfixiar as áreas menos modernas.

Como alavanca para a ampliação da economia de escala para as operações da indústria brasileira, a iniciativa do Mercosul oferece dimensões muito modestas. Os passos necessários à abertura, no entanto, não dependem apenas do Executivo. O Congresso tem muita responsabilidade no processo, aprovando leis que modernizem o país, como a reforma dos portos, a nova lei de patentes, uma nova legislação para o capital estrangeiro e a reforma fiscal. Se o quadro político continuar tolhendo as iniciativas do Congresso, o Brasil não conseguirá tão cedo recuperar o atraso que voltou a distanciar-lo do Primeiro Mundo na última década.